

CNIg

3º trimestre 2020

jul-set

Autorizações concedidas
a Imigrantes



MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ministro – André Luiz de Almeida Mendonça

**Secretaria Nacional de Justiça – SENAJUS
Conselho Nacional de Imigração – CNIg**

Presidente e Secretário – Claudio de Castro Panoeiro

Departamento de Migrações – DEMIG

Diretora – Lígia Neves Aziz Lucindo

Coordenação Geral de Imigração Laboral – CGIL

Coordenadora Geral – Ana Paula Santos da Silva
Coordenador do CNIg – Paulo Henrique Gomes da Silva

OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais

Coordenação Geral – Leonardo Cavalcanti
Coordenação Estatística – Antônio Tadeu de Oliveira
Coordenação Executiva – Marília F.R. de Macêdo
Equipe técnica – Felipe Quintino

Copyright 2020 – Observatório das Migrações Internacionais

Universidade de Brasília - Campus Darcy Ribeiro, Pavilhão Multiuso II – Térreo, sala BT45/8, Brasília/DF
Brasil CEP: 70910-900.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar esse texto:

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; QUINTINO, F; MACÊDO, M. Autorizações concedidas a imigrantes, Relatório 3º Trimestre (jul-set) 2020/ Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-trimestrais>

REALIZAÇÃO:

OBMigra
Observatório das
Migrações Internacionais



APOIO:



COORDENAÇÃO GERAL DE
IMIGRAÇÃO LABORAL | CGIL
MJSP - SENAJUS - DEMIG



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	5
INTRODUÇÃO.....	6
Capítulo 1 Características Gerais das Autorizações.....	7
Capítulo 2 Características por tipo de autorizações.....	11
ANEXO I	13

LISTA DE TABELAS

1. Características Gerais das Autorizações

Tabela 1.1 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo sexo, Brasil - 2019-2020	08
Tabela 1.2 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo grupos de idade, Brasil - 2019-2020.....	08
Tabela 1.3 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo escolaridade, Brasil - 2019-2020.....	08
Tabela 1.4 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo grupos ocupacionais, Brasil - 2019-2020.....	09
Tabela 1.5 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo principais países, Brasil - 2019-2020.....	09
Tabela 1.6 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo Unidade da Federação, Brasil - 2019-2020.....	10

2. Características por tipo de autorizações

Tabela 2.1 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo Resolução Normativa, Brasil - 2019-2020	12
Tabela 2.2 Número de autorizações indeferidas, por 3º trimestres, segundo Resolução Normativa, Brasil - 2019-2020	12

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar os dados referentes às autorizações concedidas a imigrantes pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) referente **terceiro trimestre** de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019.

A gestão da entrada de imigrantes no Brasil é, principalmente, de responsabilidade de duas pastas governamentais: o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O primeiro é responsável, através da Polícia Federal (PF), pelo registro e identificação civil do imigrante, além de ser responsável por: i) receber e deliberar sobre os pedidos de residência; ii) deliberar sobre as solicitações de naturalização; e iii) tratar dos casos de repatriação, deportação e expulsão. Já ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) é responsável pela emissão dos vistos de visita, temporário, diplomático, oficial e cortesia, cabendo-lhe gerir os processos de identificação dos portadores de vistos diplomático, oficial e cortesia.). Com a extinção do Ministério do Trabalho (MTb) em janeiro de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública assumiu as atribuições da imigração laboral previstas na regulamentação da Lei no 13.445/2017 publicada no Decreto no 9.199/2017, em especial no tocante a emissão das autorizações de residência para imigrantes, que desejam exercer atividade laboral no Brasil.

Na estrutura do poder executivo o Conselho Nacional de Imigração – CNIg tem protagonismo no campo da formulação de política migratória relacionada ao mundo do trabalho. Trata-se de um órgão colegiado, quatripartite, composto por representantes do Governo Federal, dos Trabalhadores, dos Empregadores e da Sociedade Civil, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e com apoio administrativo da Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL). Além da formulação de políticas migratórias, o CNIg é responsável por editar Resoluções Normativas (RNs), as quais são endereçadas aos dois Ministérios já citados: da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores.

A inovação trazida pela nova legislação (Lei no 13.445/2017 publicada no Decreto no 9.199/2017) aponta para duas modalidades de solicitação de residência na esfera trabalhista: Residência Prévia, destinada ao imigrante que se encontra fora do território nacional e obterá o devido visto em uma das repartições consulares do Brasil no exterior; e Residência, para o imigrante que já estiver em território nacional.

CAPÍTULO 1

Características Gerais das Autorizações

Tabela 1.1 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo sexo, Brasil - 2019-2020

Sexo	3º Trim. 2019	3º Trim. 2020
Feminino	37	25
Masculino	533	208
Total	570	233

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Conselho Nacional de Imigração/ Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

Tabela 1.2 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo grupos de idade, Brasil - 2019-2020

Grupos de idade	3º Trim. 2019	3º Trim. 2020
menor que 20	1	-
20 a 34	327	121
35 a 49	227	102
50 a 64	13	9
65 ou mais	1	1
Não Informado	1	-
Total	570	233

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Conselho Nacional de Imigração/ Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

Tabela 1.3 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo escolaridade, Brasil - 2019-2020

Escolaridade	3º Trim. 2019	3º Trim. 2020
Fundamental Incompleto	3	7
Fundamental	16	17
Médio	121	18
Superior	34	38
Pós-Graduação	1	1
Não Informado	395	152
Total	570	233

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Conselho Nacional de Imigração/ Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

Tabela 1.4 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo grupos ocupacionais, Brasil - 2019-2020

Grupos Ocupacionais	3º Trim. 2019	3º Trim. 2020
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	33	50
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1	13
Trabalhadores de serviços administrativos	61	12
Profissionais das ciências e das artes	-	3
Técnicos de nível médio	-	1
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1	-
Não informado	474	154
Total	570	233

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Conselho Nacional de Imigração/ Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

Tabela 1.5 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo principais países, Brasil - 2019-2020

Países	3º Trim. 2019	3º Trim. 2020
Bangladesh	61	66
Senegal	227	25
Angola	60	23
Guiné Bissau	18	21
Gâmbia	29	9
Mali	25	9
Serra Leoa	7	8
Cuba	2	7
Nigéria	19	7
Gana	7	6
Congo	-	5
República Dominicana	7	5
Togo	28	5
Mauritânia	4	4
Benin	4	3
China	6	3
Líbano	-	3
Marrocos	-	3
Camarões	1	2
Costa do Marfim	2	2
Outros Países	63	17
Total	570	233

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Conselho Nacional de Imigração/ Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

Tabela 1.6 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo Unidade da Federação, Brasil - 2019-2020

Unidade da Federação	3º Trim. 2019	3º Trim. 2020
São Paulo	307	126
Paraná	56	45
Rio Grande do Sul	140	25
Santa Catarina	35	15
Distrito Federal	3	5
Minas Gerais	12	5
Ceará	-	3
Goiás	7	2
Mato Grosso	2	2
Mato Grosso do Sul	-	2
Rio de Janeiro	6	2
Rio Grande do Norte	-	1
Espírito Santo	2	-
Total	570	233

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Conselho Nacional de Imigração/ Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

CAPÍTULO 2

Características por tipo de autorizações

Tabela 2.1 Número de autorizações concedidas, por 3º trimestres, segundo Resolução Normativa, Brasil - 2019-2020

Resolução Normativa	3º Trim. 2019	3º Trim. 2020
Resolução Conjunta n. 01/2018	569	228
RN 23	1	4
RN 30	-	1
Total	570	233

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Conselho Nacional de Imigração/ Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

Tabela 2.2 Número de autorizações indeferidas, por 3º trimestres, segundo Resolução Normativa, Brasil - 2019-2020

Resolução Normativa	3º Trim. 2019	3º Trim. 2020
Resolução Conjunta n. 01/2018	127	50
RN 23	1	129
RN 30	1	3
Total	129	182

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Conselho Nacional de Imigração/ Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

ANEXO I

RESOLUÇÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES
Resolução Normativa nº 23, 12/12/2017	Disciplina os casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais.	O Conselho Nacional de Imigração poderá conceder autorização de residência associada às questões laborais, nos termos do art. 162 do Decreto nº 9.199, de 2017, a imigrante cuja situação seja considerada especial.
Resolução Normativa nº 27, 28/11/1998	Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração.	Análise individual por parte do CNIG de casos especiais e omissos; São estes casos aqueles não previstos nas outras RNs.
Resolução Normativa nº 70, 09/05/2006	Dispõe sobre critérios para concessão de visto permanente para imigrante designado para administrar entidades sem fins lucrativos.	Solicitação de visto será examinada pelo CNIG e amparada pela RN 27/1998; Indica os propósitos de atuação institucional; Visto condicionado pelo exercício da função, pelo período de vigência do contrato, com máximo de cinco anos; Estabelece documentação necessária para solicitação do clamante e do chamado.